

A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA FORMA DE ATIVISMO? REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA SOCIAL E O PAPEL DO HISTORIADOR PÚBLICO

PUBLIC HISTORY AS ACTIVISM? REFLECTIONS ON SOCIAL JUSTICE AND THE ROLE OF THE PUBLIC HISTORIAN

Carlos Eduardo da Cunha Borges¹

Resumo: O presente artigo investiga a interseção entre história pública e ativismo, propondo que a prática da história pode servir como uma ferramenta poderosa para promover a justiça social. Através da discussão de projetos de história pública digital que incorporam a voz de comunidades marginalizadas, como o Indy Toxic Heritage e o Cleveland Homeless Oral History Project, o autor argumenta que a história não é apenas um campo acadêmico, mas uma prática social que pode influenciar mudanças. O texto também aborda os desafios éticos e metodológicos que surgem ao compartilhar a autoridade com as comunidades, enfatizando a necessidade de uma análise crítica das narrativas coletivas.

Palavras-Chave: História Pública Radical; Ativismo; Autoridade Compartilhada.

Abstract: This article investigates the intersection between public history and activism, proposing that the practice of history can serve as a powerful tool to promote social justice. Through the discussion of digital public history projects that incorporate the voices of marginalized communities, such as the Indy Toxic Heritage and the Cleveland Homeless Oral History Project, the author argues that history is not just an academic field, but a social practice that can drive change. The text also addresses the ethical and methodological challenges that arise when sharing authority with communities, emphasizing the need for a critical analysis of collective narratives.

Keywords: Radical Public History; Activism; Shared Authority.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8138721874216554>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3281-0444>. E-mail: carlos.cunha@acad.ufsm.br

A história pública pode se configurar como uma forma de ativismo? Foi a partir desse questionamento que o *IFPH's Student and Early Career Group*², coletivo vinculado à Federação Internacional de História Pública (*IFPH-FIHP*) que incentiva o engajamento transnacional de estudantes e pesquisadores do campo da história pública, abriu a primeira mesa de debates de 2024. O artigo da BBC “*Gen Z: How young people are changing activism*” (2022), discutido pelo grupo na primeira mesa de debates, revela que mais de 70% dos integrantes da Geração Z estão engajados em alguma forma de ativismo ou causa política.

Diante dessa tendência global entre jovens adultos, torna-se fundamental que os historiadores públicos considerem maneiras de conectar seus trabalhos a esse tipo de prática. Dessa forma, os principais objetivos deste artigo são explorar as possíveis formas de integrar elementos ativistas nas práticas de história pública, bem como analisar como esses elementos podem se manifestar.

Para alcançar esses objetivos, adoto uma abordagem metodológica que combina análise teórica e prática reflexiva. Primeiramente, realizo uma revisão historiográfica sobre a interseção entre história pública e ativismo, explorando obras de historiadores renomados do campo que discutem a relevância da participação comunitária e da autoridade compartilhada. Em seguida, examino dois casos específicos de projetos de história pública radical que amplificaram as vozes de comunidades marginalizadas, o *Indy Toxic Heritage: Pollution, Place and Power* e o *Cleveland Homeless Oral History Project (CHOHP)*, para ilustrar como essas iniciativas funcionam como ferramentas de ativismo social.

Embora possa ser argumentado que todo trabalho em história tem o potencial de ser político, na obra “*Radical Roots: Public History and a Tradition of Social Justice Activism*” (2021), a historiadora estadunidense Denise Meringolo defende que a história pública é particularmente política, tendo raízes e intenções ativistas, já que os historiadores públicos estão envolvidos em investigações históricas que ultrapassam as fronteiras acadêmicas.

Na obra, a autora define a “história pública radical” como a história pública voltada ao futuro, comprometida pelo avanço da justiça social e engajada na criação de registros materiais inclusivos. Meringolo argumenta que desde o século XIX, e durante todo o século XX, existem projetos e práticas históricas que desafiam as injustiças sociais, citando que “tanto estudiosos quanto profissionais têm sido rápidos demais em criticar as falhas e limitações de alguns dos primeiros praticantes, perdendo a oportunidade de aprender com seus experimentos” (Meringolo, 2021, p. 17).

² *IFPH's Student and Early Career Group*, ou Grupo de Estudantes e de Início de Carreira, em tradução livre, é um grupo organizado pela Federação Internacional de História Pública (IFPH-FIHP) voltado para estudantes de mestrado e doutorado e profissionais em início de carreira na área de história pública. O objetivo do grupo é promover discussões e trocas internacionais sobre metodologias, ideias e projetos, incentivando a conexão de jovens historiadores públicos no debate de ideias e na colaboração de projetos no campo.

A história pública radical tem como objetivo iluminar passados traumáticos e auxiliar na identificação de males sociais persistentes, articulando plataformas políticas viáveis. Por isso, os pioneiros dessa prática destacam que as experiências pessoais são historicamente e politicamente significativas, e os esforços para coletar, registrar e compartilhar experiências pessoais são necessários para promover a justiça social (Meringolo, 2021).

Elizabeth Belanger (2021), professora associada de Estudos Americanos na *Hobart and William Smith Colleges*, argumenta que a educação em história pública deve capacitar os estudantes a desenvolver habilidades como empatia e autoconsciência. Ela destaca que iniciativas pedagógicas sustentáveis, alinhadas aos interesses das comunidades, que provocam reflexões sobre justiça social e capazes de promover o crescimento intelectual e emocional dos alunos, são essenciais para preparar a próxima geração para enfrentar desafios que, embora desconfortáveis, oferecem recompensas significativas.

No livro *“Public History: A Textbook of Practice”* (2016), o historiador público francês Thomas Calvin discorre que alguns historiadores públicos ativistas argumentam que a história pode ser usada para beneficiar o presente e, conseqüentemente, o futuro. Dessa forma, advogam por grupos que foram marginalizados, economicamente ou socialmente, e que as histórias foram desvalorizadas ou ignoradas pelas correntes dominantes da história tradicional, na preservação de lugares históricos e na interpretação da história para e com o público.

Calvin define que a história como ativismo é vista como controversa por parte dos historiadores, já que é, muitas vezes, baseada em convicções pessoais. A historiadora britânica Ludmilla Jordanova argumenta na obra *“History in Practice”* (2000) que os sentimentos, em geral, não são bons guias no processo científico, pois tendem a tornar as pessoas menos críticas. Porém, ela não condena o ativismo, mas sugere que “os compromissos morais dos historiadores e a natureza de seus valores humanos precisam ser explicitados sempre que possível e equilibrados por evidências que possam ser examinadas criticamente” (Jordanova, 2000, p. 169).

Calvin argumenta que os sentimentos são poderosos como forma de conexão com as audiências, já que o papel do historiador público não é dar vazão às emoções, mas estar ciente, contextualizar e problematizar as emoções na compreensão histórica do passado. Os historiadores norte-americanos Roy Rosenzweig e David Thelen analisaram na obra *“The Presence of The Past: Popular Uses of History in American Life”* (1998) que os usos do passado demonstram que quanto mais o público estiver emocionalmente conectado com a história, mais ele participa e engaja nos projetos de história pública. Identidade, história familiar e experiências pessoais são motivações que fortalecem esse aspecto. Ou, como David Glassberg enfatiza, “o público quer “sentir” a história para ter um significado do passado” (Glassberg, 2001, p. 217).

A obra “*Radical Roots: Public History and a Tradition of Social Justice Activism*” (2021) reúne artigos de diversos historiadores que aplicaram distintas práticas e abordagens de história pública radical em seus projetos. Entre as abordagens desenvolvidas pelos colaboradores da obra estão práticas reflexivas, investigação compartilhada, autoridade compartilhada e reflexão na ação, amplamente aceitas por historiadores e educadores nas práticas de interpretação dialógica, a pesquisa colaborativa baseada na comunidade e na coleta por *crowdsourcing*. Meringolo discorre que esses tipos de abordagens incentivam historiadores públicos a definirem seu campo como amplamente interdisciplinar e inclusivo, não somente enraizado na disciplina de história, abrangendo tanto o conhecimento formal quanto o adquirido por meio de experiências de vida.

Embora a abordagem de Meringolo seja focada no contexto dos Estados Unidos, seus pensamentos têm implicações para como vemos e entendemos as particularidades desse campo em um contexto global. Ela observa que alguns historiadores públicos estão ansiosos para engajar os elementos ativistas da disciplina. No entanto, outros permanecem relutantes em posicionar seus trabalhos em relação à justiça social, pois acreditam que as convenções da disciplina exigem uma rigorosidade e objetividade intelectual que são comprometidas quando alinham seus trabalhos com uma posição política específica.

De acordo com o historiador público italiano Serge Noiret na obra “*Handbook of Digital Public History*” (2022), a História Pública Digital é caracterizada pela forma digital em que o historiador e os seus públicos, em interações mútuas e co-dependentes, coletam, consomem, disseminam e se envolvem com a história e suas fontes. A história pública digital integra o público no ambiente virtual como co-participantes, que utilizam de ferramentas digitais para colaborar com os projetos dos historiadores, através da autoridade compartilhada e dos conteúdos gerados pelos usuários.

As genealogias da história digital datam do começo da década de 1960, quando a computação em *mainframe* começou a surgir nas universidades. O surgimento da *Web 2.0* no início do século XXI, com conteúdo gerado pelos usuários e mídias sociais, transformou a forma como a história e a memória são compartilhadas. A História Pública Digital expandiu o engajamento público com a história, ultrapassando o âmbito acadêmico. Historiadores como Roy Rosenzweig e David Thelen (1998) destacaram como a tecnologia digital democratizou o conhecimento histórico e transformou as humanidades profundamente, a prática da história e as formas com que o público interage com a história.

Noiret denomina esse fenômeno de “virada digital”. A virada digital transformou as práticas da história pública e a forma dos historiadores trabalharem com arquivos, produzir conhecimento sobre o passado e comunicá-lo com e para o público. Segundo o autor, “não se trata apenas de uma

mudança de foco ou métodos, mas uma reestruturação das ferramentas usadas para estudar, construir, disseminar e compartilhar a história” (Noiret, 2022, p.7).

De acordo com o historiador espanhol Analet Pons, “as redes sociais democratizaram os meios de comunicação, dando voz para que qualquer um participe da cultura histórica, e as dualidades profissional/amador e popular/acadêmico se tornaram obsoletas dentro desses meios” (Pons, 2022, p.28). Pons defende que o “terremoto de arquivamento” nos meios digitais é uma oportunidade, porque o passado só existe e faz sentido quando um grupo de pessoas lhe atribui significado e o integra em sua cultura. A ideia do arquivo digital é, portanto, não somente uma mudança de formato do arquivo, mas oferece a oportunidade para gerar novos tipos de relações com as comunidades e construir significados coletivos de maneira colaborativa, através das redes sociais, em fóruns e por meio do *crowdsourcing*.

Neste artigo, proponho compreender formas que o ativismo pode incluir-se em projetos do campo da história pública digital. Para isso, selecionei dois projetos discutidos durante as mesas de debates mensais do *IFPH's Student and Early Career Group* que empregam a abordagem da história pública radical, que manifestam aspirações ativistas, para ilustrar diferentes estratégias metodológicas e possibilidades desse tipo de atuação. O primeiro projeto selecionado foi o “*Indy Toxic Heritage: Pollution, Place and Power*”, desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Indiana, pelo Departamento de Parques e Recreação da Prefeitura de Indianápolis e o Instituto Kheprw, que examina as formas pelas quais a história pública pode ser utilizada para abordar questões ambientais e de justiça social em Indianápolis, nos Estados Unidos. O trabalho foca na relação entre a poluição industrial e as comunidades locais, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, que enfrentam os impactos de contaminação tóxica, ao mesmo tempo que investiga como a divulgação do “patrimônio tóxico” da cidade pode promover conscientização e mobilização comunitária, sugerindo que a história pública é uma ferramenta poderosa para enfrentar injustiças ambientais e construir narrativas que incentivem mudanças sociais e políticas.

O segundo projeto selecionado foi o “*Cleveland Homeless Oral History Project*” (CHOHP) do historiador norte-americano Daniel Kerr. Usando áudio, vídeo e entrevistas de rádio, Kerr desenvolveu um projeto de análise colaborativa que procurou compreender o crescimento da falta de moradia em Cleveland, Ohio. Para alcançar seu objetivo, o historiador entrevistou mais de 200 moradores de rua, explorando suas percepções sobre a situação em que vivem e propondo possíveis intervenções para abordar as questões relacionadas a essa realidade. Além disso, ele defende o uso da história oral como ferramenta nas práticas de autoridade compartilhada e na história pública radical.

INDY TOXIC HERITAGE: POLLUTION PLACE AND POWER

No artigo “*Toxic Heritage and Reparations: Activating Memory for Environmental and Climate Justice*” (2024), Liz Ševčenko manifesta que em novembro de 2022 ocorreu um momento crítico para o esforço mundial de confronto à crise climática, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2022 (COP27), onde foi discutido questões como dano ambiental, emissões geracionais dos países do norte que impactam negativamente países do sul global e medidas de reversão do aquecimento global. Segundo a autora, se entendemos a crise climática como um problema de história e de memória, portanto o trabalho patrimonial é central na luta por justiça climática e ambiental (Ševčenko, 2024).

Ševčenko cita que o negacionismo histórico da crise climática cometido pelo governo dos Estados Unidos freia os esforços globais de lutar contra a mudança climática. Negar os danos causados no passado impede as cobranças de reparações no presente, assim como viabiliza que outros países, como China e Índia, que ascendem nas emissões de gases do efeito estufa anualmente, não concordem com restrições de emissão. Como esses países ainda estão em processos de desenvolvimento econômico, com uma dependência significativa de fontes de energia poluentes, eles argumentam que impor limites rigorosos às suas emissões é injusto, especialmente porque foram os países desenvolvidos que mais contribuíram para o problema a longo prazo.

O Movimento de Justiça Ambiental (EJ³), que emergiu a partir das lutas dos direitos civis liderados por ativistas afro-americanos nos Estados Unidos, enquadra a destruição climática como o resultado de danos históricos. O EJ analisou casos de segregações residenciais, abusos trabalhistas, contaminações de ar e água e extrações de combustíveis fósseis como inter-relacionados com grandes sistemas de exploração, articulando a crise climática como um processo histórico inextricavelmente entrelaçado com centenas de anos de histórias de racismo, colonialismo e outras desigualdades estruturais. Ao apresentar a crise climática como resultado de injustiças históricas, o movimento de Justiça Ambiental colocou o reconhecimento e a reparação desses danos como aspectos centrais no enfrentamento da crise (Ševčenko, 2024).

Com base nessa formulação, o filósofo norte-americano Olúfẹmi Táíwò argumenta que um caminho justo para travar a crise climática requer reparar os danos ambientais e os sistemas mais amplos que os causaram, recuperando a visão anticolonial das reparações como “centrais para o projeto expansivo de construção de um mundo mais justo, não apenas como um mecanismo material ou simbólico de reparação por danos passados” (Táíwò, 2022).

³ O nome do movimento em inglês é “*Environmental Justice Movement*”, portanto a sigla EJ corresponde ao original.

A “memória pública participatória” tem grande potencial para criar histórias públicas de justiça ambiental, combater os negacionismos confeccionados no entorno da crise climática e movimentar uma visão mais ampla de reparações históricas. Foi a partir dessas reflexões que surgiu o projeto colaborativo e multidisciplinar “*Indy Toxic Heritage: Pollution, Place and Power*”⁴, que combina narrativas e pesquisas históricas em exposições e conversas públicas, identificando danos ambientais e promovendo a luta por justiça como parte do patrimônio da cidade de Indianápolis. O projeto é desenvolvido por pesquisadores de diversos campos da Universidade de Indiana, como antropologia, história pública, geografia e estudos do solo, pelo Departamento de Parques e Recreação da Prefeitura de Indianápolis e o Instituto Kheprw.

Na obra “*Toxic Heritage: Legacies, Futures and Environmental Injustice*” (2024), a antropóloga Elizabeth Kryder-Reid e a historiadora pública Sarah May, ambas colaboradoras do projeto, definem o conceito de “patrimônio tóxico” como o legado dos danos ambientais que a humanidade criou. De acordo com as autoras, compreender a toxicidade ambiental como patrimônio significa enfrentar a complexa história das interseções entre práticas culturais, econômicas, políticas públicas, racismo estrutural e ideologias, além da forma como essa história é lembrada (ou apagada) em narrativas, práticas de memória e discurso público. O patrimônio tóxico é um dos produtos mais críticos do Antropoceno – era em que os humanos se tornaram a principal influência sobre o clima e o meio ambiente. Compreender esse legado e lidar com seus impactos, especialmente nos mais vulneráveis, é essencial para construir um mundo sustentável e justo no futuro (Kryder-Reid; May, 2024). O patrimônio tóxico surge a partir de dois componentes: primeiro, o histórico dos processos e substâncias - incluindo toxinas (produzidas por plantas, animais e bactérias), substâncias tóxicas (produtos químicos sintéticos desenvolvidos por humanos) e poluição antropogênica (de materiais naturais como chumbo, arsênio e mercúrio) que causam ou ameaçam causar danos físicos aos ambientes e à vida neles. O segundo componente inclui as interseções dessa história de dano ambiental com instituições formais de patrimônio e práticas informais de memória. O projeto foca nos danos materiais que substâncias tóxicas causaram ao meio ambiente – deixando resíduos no ar, na água e na terra –, embora reconheça que esse legado também engloba traumas sociais, como opressão, tragédias e violência, que constituem o chamado “patrimônio sombrio”. Ao investigar o patrimônio tóxico, o projeto considera o passado de danos ambientais como uma herança viva que dialoga com o presente, entendendo que as noções de toxicidade variam entre culturas e ao longo do tempo (Kryder-Reid; May, 2024).

⁴ O Patrimônio Tóxico de Indianápolis: Poluição, Local e Poder, em uma tradução livre

O *Indy Toxic Heritage: Pollution, Place and Power* investiga a história dos danos ambientais Indianápolis, cidade norte-americana e capital do estado de Indiana, destacando o legado de contaminações e seus impactos à saúde, especialmente em bairros e comunidades marginalizadas. O projeto revela como o patrimônio tóxico de danos ambientais costuma se esconder tanto na paisagem como na narrativa de memória pública da cidade. Os objetivos do projeto consistem em aprofundar o pensamento crítico sobre o patrimônio tóxico da cidade de Indianápolis, amplificar as vozes daqueles que trabalham na comunidade em busca da justiça ambiental e instigar conversas sobre como promover um futuro mais justo e sustentável.

Para isso, os pesquisadores envolvidos no projeto desenvolveram o “*Indy Toxic Heritage community archive*”⁵, um arquivo comunitário em forma de repositório digital hospedado no site da Universidade de Indianápolis, onde os moradores das comunidades que sofrem com os danos ambientais podem compartilhar suas memórias e experiências por meio do “*crowdsourcing*”. Segundo o historiador público francês Thomas Calvin, *crowdsourcing* é um processo no qual a prática - e até certo ponto a autoridade - é delegada para indivíduos ou grupos através de ferramentas digitais (Calvin, 2016). De acordo com Noiret, as práticas de conteúdo gerado por usuários, incluindo *crowdsourcing*, em projetos de história aumentaram consideravelmente a partir do começo do século XXI. O autor acredita que esse tipo de método democratiza o processo de fazer história e, além disso, viabiliza projetos de instituições de patrimônio, que historicamente enfrentam dificuldades financeiras e limitações de pessoal (Noiret, 2022).

Calvin também defende que o *crowdsourcing* democratiza a forma das populações contarem suas histórias, e se prova uma grande oportunidade - e desafio - para o historiador público digital. Por um lado, ele amplia a participação pública em projetos de história, que pode auxiliar no gerenciamento de grandes volumes de materiais em bibliotecas e arquivos, assim como permite com que as comunidades estejam ativamente envolvidas com a coleta do seu próprio patrimônio. Entretanto, o *crowdsourcing* levanta questões teóricas e práticas sobre o papel e a autoridade do historiador, já que a relevância da dinâmica é aquilo que os participantes sabem e fazem, não quem são (Calvin, 2016).

Por outro lado, isso também pode causar consequências inesperadas, já que o ambiente da internet possibilita que qualquer pessoa interaja. É necessário evitar que o conhecimento e a análise sejam substituídos por opiniões, já que nem todo testemunho é necessariamente relevante ou

⁵ O Arquivo Comunitário do Patrimônio Tóxico de Indianápolis, em tradução livre. Link de acesso ao arquivo: <https://projects.library.indianapolis.iu.edu/s/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/page/about>. Acesso em: 12 nov. 2024.

verdadeiro. De acordo com o historiador público Tim Grove (2009), historiadores públicos digitais precisam focar na criação de conhecimento e pesquisa, e não na multiplicação de opiniões puras.

Conforme com os pesquisadores do *Indy Toxic Heritage*, os relatos em primeira mão e as memórias transmitidas por anciãos das comunidades trazem um conhecimento valioso. As contribuições ao arquivo comunitário revelam preocupações que vão além dos bairros específicos, refletindo um patrimônio compartilhado por toda a cidade. Ao compartilharem suas histórias, ativistas e defensores das comunidades também apontam caminhos para a construção de uma cidade saudável, sustentável e segura para as próximas gerações.

O *crowdsourcing* do arquivo é organizado em um mapa interativo, onde os relatos dos contribuidores são pontuados no mapa da cidade de Indianápolis a partir dos locais mencionados. É possível clicar em cada uma das pontuações do mapa interativo para acessar o relato completo.

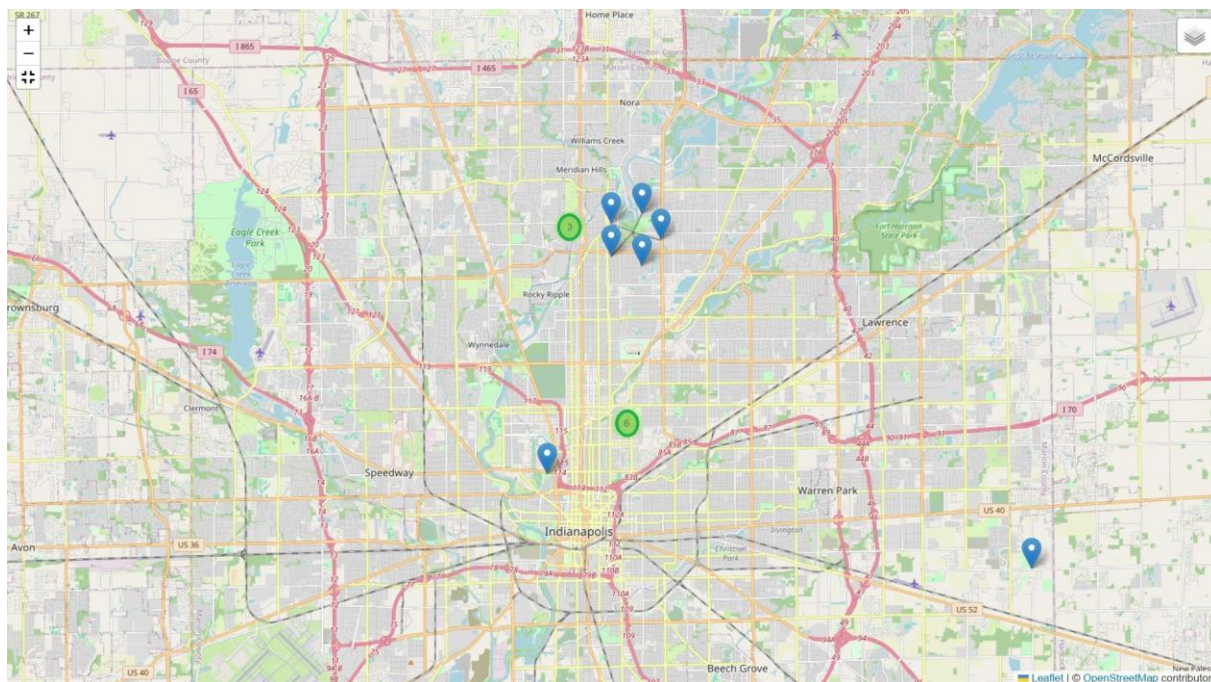
No dia 18 de janeiro de 2024, Chris Harrell, residente da cidade de Indianápolis, realizou uma contribuição ao repositório, relatando que:

Em 16 de janeiro de 2006, a *Martindale-Brightwood Environmental Justice Collaborative* e seus líderes comunitários marcharam até a fábrica da *Ertel Manufacturing Company*, há muito tempo vazia e abandonada. Essa manifestação, realizada no Dia de Martin Luther King, foi um fator crucial para impulsionar a ação pública municipal, que resultou na aquisição do terreno contaminado, sua demolição e a descontaminação em larga escala do solo e das águas subterrâneas. Isso abriu caminho para um investimento de 21 milhões de dólares e a criação de cinquenta e três novos empregos em dois anos. [tradução nossa] (HARREL, 2024)

A narrativa de Chris foi pontuada no mapa interativo na Avenida Dr. Andrew Jay Brown, 2045, endereço referente a fábrica da *Ertel Manufacturing Company*. Greg Harger, outro morador da cidade e contribuinte do arquivo comunitário, foi entrevistado por uma das organizadoras do *Indy Toxic Heritage*, a antropóloga Elizabeth Kryder-Reid no dia 12 de março de 2024.

Na entrevista de 53 minutos⁶, Greg discorre sobre a poluição no parque *Belmont Beach*, que foi uma praia comunitária informal criada por residentes afro-americanos no início dos anos 1900, ao longo de *Fall Creek*, região de Indianápolis. Na época, devido à segregação racial, os afro-americanos enfrentavam restrições para acessar outras áreas recreativas, então *Belmont Beach* tornou-se um espaço comunitário autônomo e seguro para recreação, encontros e eventos sociais. *Belmont Beach* é um símbolo patrimonial da cidade, e houve esforços para preservar sua memória e reconhecer seu impacto na história local. Porém, os cursos d'água de *Fall Creek* sofrem com a poluição severa causada pelo descarte massivo de dejetos de grandes indústrias. A entrevista de Greg foi pontuada na esquina da Rua 16 Oeste com a *Avenida Fall Creek Parkway* Leste, Indianápolis, IN 46202, EUA, endereço da *Belmont Beach*.

⁶ A entrevista completa está disponível no arquivo comunitário do *Indy Toxic Heritage*: <https://projects.library.indianapolis.iu.edu/s/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/item/389>. Acesso em: 12 nov. 2024.



Mapa interativo do *crowdsourcing* realizado pela *Indy Toxic Heritage*, disponível no arquivo comunitário: <https://projects.library.indianapolis.iu.edu/s/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/page/map> Acesso em: 12/11/2024.

Além do arquivo digital colaborativo desenvolvido com membros das comunidades, o Indy Toxic Heritage organizou, em 2024, exposições em quatro praças de Indianápolis, realizadas entre 21 de junho e 28 de setembro. As exposições foram financiadas com o Prêmio *Charles R. Bantz Community Fellowship*, uma premiação de \$40.000 concedida pela Indiana University-Purdue University Indianapolis (IUPUI) para apoiar iniciativas que promovam a colaboração entre a universidade e a comunidade, visando melhorias sociais.

As mostras apresentaram os resultados do projeto, informando a sociedade sobre os impactos históricos da contaminação ambiental na cidade e destacando práticas de defesa que impulsionaram mudanças significativas. Por meio dessas exposições, os pesquisadores buscaram divulgar o projeto colaborativo de *crowdsourcing* e engajar a participação dos visitantes.



Exposição do *Indy Toxic Heritage* no Parque Pride, em Indianápolis. Agosto de 2024. Foto: Laura Holzman.

De acordo com Ševčenko (2024), um projeto participativo de memória pública voltado para a justiça climática precisa atuar de forma translocal, destacando as histórias específicas de comunidades na linha de frente e conectando-as a forças estruturais mais amplas que moldam essas vivências. Essa abordagem translocal permite integrar reivindicações locais de reparação em campanhas nacionais ou globais de duas maneiras principais. Primeiramente, ela estabelece uma base de solidariedade e apoio entre comunidades, aproveitando o reconhecimento nacional para pressionar as autoridades locais. Mais importante, ao conectar experiências locais a histórias compartilhadas nacional e globalmente, fortalece-se a base para reivindicações de reparação, demonstrando que as desigualdades atuais não são causadas por falhas individuais ou por condições isoladas, mas estão enraizadas no racismo estrutural do capitalismo global. A autora cita que:

A parceria entre a Universidade de Indiana e o Instituto Kheprw em Indianápolis incentivou estudantes a “lerem” a infraestrutura social de sua cidade, mostrando que, assim como a ecologia e a infraestrutura física são fundamentais para o ecossistema urbano, as relações sociais também são essenciais para a vitalidade das comunidades. [tradução nossa] (Ševčenko, 2024, p. 481)

Mais do que uma educação propriamente didática, o *Indy Toxic Heritage* aborda a história pública como um processo contínuo de organização análogo à construção de um movimento. Dessa forma, eles ativam a memória das comunidades como uma forma de estabelecer reivindicações e mobilizá-los a se unirem ao projeto.

A crise climática é em grande parte alimentada por danos históricos e pela negação desses danos, e é nesse contexto que os profissionais da história têm um papel fundamental. Aqueles que veem o enfrentamento do passado como uma condição necessária para a construção de um futuro

mais justo estão no centro dessa luta. Contudo, isso não implica que somente os historiadores ou especialistas em patrimônio tenham a responsabilidade exclusiva de agir. Pelo contrário, é essencial que profissionais de diversas áreas também confrontem seus passados. Historiadores públicos e profissionais do patrimônio podem buscar parcerias com defensores, cientistas, formuladores de políticas e outros atores sociais para criar uma conexão mais profunda das pessoas com suas experiências históricas, a fim de promover ações que corrijam legados nocivos. Essa abordagem de reparações envolve não apenas restituições materiais e legais, mas também reconhecimento, cura e educação, componentes fundamentais do trabalho com a memória pública. Ao conectar comunidades e suas histórias locais em uma memória participativa, é possível construir uma compreensão mais ampla e nacional dos danos históricos que precisam ser reparados para garantir uma Transição Justa⁷.

CLEVELAND HOMELESS ORAL HISTORY PROJECT (CHOHP)

Em 1996, o historiador norte-americano Daniel Kerr fundou um grupo de trabalho voluntário que tinha como objetivo fornecer refeições gratuitas a pessoas em vulnerabilidade social, insegurança alimentar e em situação de rua na cidade de Cleveland, no estado de Ohio.

No artigo “*Allan Nevins Is Not My Grandfather: The Roots of Radical Oral History Practice in the United States*”, publicado em 2021, Kerr rememora o *Cleveland Homeless Oral History Project*⁸ (CHOHP) e analisa o uso de história oral em projetos de história pública radical. De acordo com o autor, vivemos um período histórico caracterizado por instabilidade econômica, desigualdades crescentes e ataques contra imigrantes. Ao mesmo tempo, testemunhamos o surgimento de novos movimentos sociais e o desenvolvimento de projetos radicais de história oral que não se limitam a documentar o mundo, mas buscam ativamente transformá-lo.

Kerr aponta que projetos radicais de história oral não são exclusivos do contexto digital, mas datam desde a primeira metade do século XX. Por exemplo, entre as décadas de 1930 e 1960, a “*Highlander Folk School*”⁹ realizou *workshops* voltados para lideranças sindicais do movimento industrial e para o avanço dos direitos civis nos Estados Unidos. Esses encontros contaram com a presença de figuras como Martin Luther King Jr., Rosa Parks e Andrew Young. A escola concentrava seus esforços em selecionar líderes comunitários que representassem suas organizações locais e que enfrentassem questões significativas, buscando mudanças estruturais na sociedade. Durante os anos

⁷ A Transição Justa é um processo social e econômico que visa transformar uma economia extrativista em uma regenerativa, de forma sustentável e equitativa. O objetivo é garantir que a mudança para uma economia de baixo carbono não prejudique a classe trabalhadora e as comunidades vulneráveis, promovendo um futuro mais justo para todos.

⁸ Em tradução livre, “Projeto de História Oral dos Sem-teto de Cleveland”.

⁹ Fundada em 1932, a “*Highlander Folk School*”, foi um centro educacional na cidade de Monteagle, no estado de Tennessee, que desempenhou um papel crucial para os movimentos sindicais e dos direitos civis nos EUA.

1960, por exemplo, foram promovidos *workshops* voltados para cabeleireiros, barbeiros e professores negros, ou seja, profissionais economicamente independentes, vistos como potenciais lideranças de base em suas comunidades. Os diálogos promovidos pela escola ajudaram a formar ativistas envolvidos nas suas comunidades (Kerr, 2021).

Na obra “*A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*” (1990), o historiador norte-americano Michael Frisch comenta que a história pública e a oral devem ser mais do que uma transmissão de conhecimento e habilidades para os desempoderados, mas que devem promover uma transmissão mais profunda de conhecimentos, com diálogos implícitos e explícitos de pontos-de-vista diferentes sobre a forma, o significado e as implicações da história. Frisch comenta que a história pública e a história oral são capazes de redefinir e redistribuir a autoridade intelectual, através do processo da “autoridade compartilhada”. De acordo com as palavras do autor:

Esses diálogos promovem uma consciência histórica compartilhada e mais democratizada, que conseqüentemente encoraja participações mais amplas em debates sobre história, debates que serão enriquecidos por uma representação mais abrangente de experiências, perspectivas e valores [tradução nossa]. (FRISCH, 1990, p. xxi)

Kerr ainda adiciona que o diálogo construído dessa forma deve ir além de como vemos a história, mas também influenciar a forma que projetamos políticas públicas e a forma com que reproduzimos a organização social das comunidades em que vivemos. O CHOHP foi baseado na suposição de que um projeto de pesquisa democraticamente organizado, pela autoridade compartilhada, pode desempenhar um papel significativo na construção de um movimento social.

Thomas Calvin (2016) defende que o conceito de autoridade compartilhada ajuda a transformar as pessoas de meros consumidores em participantes ativos. De acordo com o autor, “compartilhar a autoridade pode ser feito, por exemplo, convidando os visitantes das exposições a compartilhar suas histórias e interpretações das coleções, por meio da colaboração com narradores na criação de fontes de história oral, ou desenvolvendo projetos de *crowdsourcing* online” (Calvin, 2016, p. 216).

A presença de várias vozes da comunidade é uma alternativa às histórias oficiais não questionadas e ajuda a empoderar as pessoas, especialmente minorias e pessoas vulnerabilizadas. Porém, Calvin adverte que compartilhar a autoridade não significa que os historiadores devem abrir mão da análise crítica do passado. Assim como em qualquer metodologia do campo da história, é necessário criticar as fontes, principalmente quando elas provêm de narrativas que retratam passados traumáticos.

Intrigado com a possibilidade de trabalhar com a história oral para promover diálogos com pessoas em situação de rua, Daniel Kerr comprou e começou a levar um gravador de fita cassete para

os piqueniques semanais organizados por seu grupo de trabalho voluntário. Iniciou seu projeto, que eventualmente se tornaria CHOHP, entrevistando quatro homens sobre as suas reflexões sobre questões sociais e políticas em um nível macro, discutindo o que consideram ser as causas estruturais e políticas da falta de moradia nos Estados Unidos, assim como outras questões sociais. É importante enfatizar que Kerr evitava perguntas pessoais diretas, pois acreditava que isso poderia limitar a flexibilidade das entrevistas, impedindo que os narradores apresentassem suas experiências de forma livre e sem o peso de um formato confessional. Segundo o autor, a maioria dos entrevistados conectou suas vivências a questões políticas mais amplas, oferecendo explicações estruturais para a causa da falta de moradia nos Estados Unidos.

Quando os próprios moradores de rua sugeriram a mudança das entrevistas do áudio para o audiovisual, Kerr começou a notar que seu projeto possuía características colaborativas, ao contrário da maioria dos estudos acadêmicos sobre os desabrigados nos Estados Unidos que, além disso, focalizavam em entrevistar funcionários públicos, líderes civis e progressistas de classe média-alta, ou seja, procuravam quase que exclusivamente a solução do problema dos desabrigados em funcionários de serviço social e acadêmicos especialistas. O trabalho de Kerr surge da lacuna de discutir essas questões diretamente com os moradores de rua.

No artigo “*We Know What the Problem Is: Using Oral History to Develop a Collaborative Analysis of Homelessness from the Bottom Up*” (2003), Kerr afirma que:

Ao ampliar a comunidade científica por meio do processo de compartilhamento da autoridade com os moradores de rua, não se abdica da objetividade; pelo contrário, produz-se uma pesquisa mais objetiva e eficaz. Teorias e soluções que ganham apoio são implementadas de forma mais eficaz e abordam com sucesso os problemas comuns, sendo objetivamente melhores do que aquelas que não conseguem obter esse apoio [tradução nossa] (KERR, 2003, p.32)

Consentindo com a sugestão dos moradores entrevistados, Kerr passou a gravar as entrevistas em formato audiovisual no verão de 1999. Com o novo formato, também surgiu a ideia de transmitir as entrevistas para que outros moradores de rua pudessem refletir e comentar sobre os relatos, ou seja, organizando debates públicos sobre a falta de moradia. Como a Praça Pública de Cleveland possuía tomadas elétricas para o uso coletivo, Kerr teve a ideia de trazer uma televisão e um videocassete para a praça, para que as pessoas em situação de rua pudessem visualizar as vídeo-entrevistas do CHOHP, assim como debater a situação de rua e as suas experiências.



Daniel Kerr e moradores de rua durante a exibição de uma vídeo-entrevista da CHOHP, 1999

Segundo o autor, alguns participantes solicitaram que o projeto fosse exibido em outros lugares, como em abrigos comunitários. Antony Ball¹⁰, um dos moradores de rua entrevistados por Kerr, questionou sobre os próximos passos do projeto, sugerindo que as vozes da comunidade deveriam ser amplificadas a partir da transmissão dos vídeos para maiores audiências. Com uma grande quantidade de vídeos acumulados, pouca experiência prática em edição, acesso limitado a equipamentos de edição e falta de recursos financeiros para terceirizar o trabalho, Kerr procurou uma alternativa para viabilizar o desejo de Antony.

De acordo com Kerr, uma quantidade considerável de pessoas em abrigos comunitários, embaixo de pontes e nas calçadas do centro de Cleveland possuíam rádios portáteis. Em parâmetro de alcance, o meio do rádio tornou-se tão efetivo quanto a televisão, contextualizado com a cultura do público-alvo. Então, entrevistas ao vivo foram transmitidas por estações como a rádio universitária

¹⁰ Entrevista de Antony Ball (30/05/1999): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338>. Acesso em: 12 nov. 2024.

WRUM-FM, prontamente acessíveis à audiência em situação de rua, nos lares e nos carros sintonizados pela cidade e nos subúrbios periféricos. Além do programa de rádio, todas as entrevistas e materiais associados foram digitalizados na plataforma *Audra*¹¹. A plataforma oferece índices e transcrições das entrevistas, facilitando a análise e o acesso às informações para pesquisas acadêmicas, além de ser inclusiva para pessoas com deficiência auditiva.

A partir de julho de 2000, Kerr conduzia entrevistas de uma hora por semana, nas quintas-feiras pela manhã, toda semana com um morador de rua diferente. Com a popularidade do programa, os ouvintes começaram a ligar para o programa e a participar ativamente dos debates sobre a questão da moradia de rua nos Estados Unidos. Em adição ao programa de rádio, Daniel Kerr organizou *workshops* semanais e sessões de pesquisa em centros de acolhimento e abrigos de emergência, onde transmitia as entrevistas e debatia em forma de *brainstorm* os temas centrais da situação da falta de moradia. Além de visualizar os temas, o objetivo dos debates foi o de desenvolver estratégias para promover mudanças sociais permanentes.

Os participantes do *workshop* apontaram seis principais temas essenciais para compreender a falta de moradia em Cleveland:

1. Políticas públicas e econômicas que levaram ao desinvestimento e declínio em bairros da classe trabalhadora após os “motins de Hough” em 1966 — políticas que, em última análise, abriram caminho para a gentrificação dessas áreas. A gentrificação do bairro inflacionou os preços dos imóveis, dificultando o acesso de pessoas de baixa renda à moradia.

O Motim de Hough de 1966 ocorreu no bairro Hough, predominantemente afro-americano, do município de Cleveland, capital do estado de Ohio. Os motins são considerados um marco na história dos movimentos sociais e de justiça racial nos Estados Unidos, já que foram ocasionados pelo racismo, condições de vida precárias e tensões entre a comunidade afro-americana e a polícia. O estopim dos motivos foi ocasionado pelas repetidas recusas de um comerciante branco em atender cidadãos afro-americanos.

2. A destruição dos hotéis de ocupação individual e o subsequente desenvolvimento de arenas esportivas, o *Rock and Roll Hall of Fame* e outros projetos de “revitalização” do centro da cidade. De acordo com Ralph Pack¹², um dos moradores de rua entrevistados, a prefeitura de Cleveland queria revitalizar a imagem da cidade, organizando o centro de forma que fosse fotogênica

¹¹ O “*American University Digital Research Archive*”, ou *Audra*, é o arquivo digital da American University, sediada na cidade de Washington, D.C., que visa apoiar e promover a integração de tecnologias digitais na pesquisa acadêmica. O arquivo oferece recursos, ferramentas e serviços para a criação e compartilhamento de projetos de pesquisa digitais, como exposições online, projetos multimídia e mapas interativos. É possível acessar o acervo das entrevistas de Daniel Kerr a partir deste link: <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹² Entrevista de Ralph Pack (06/06/2000): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338?page=1>. Acesso em: 12 nov. 2024.

e “limpa” para atrair turistas. Por isso, os prédios frequentados por pessoas pobres e em situação de rua foram fechados.

3. O papel da redução do sistema de bem-estar social (*welfare system*¹³) na criação de situações de sem-abrigo. Segundo Thomas Smith¹⁴, um dos moradores de rua que participou dos *workshops*, se o *welfare* fizesse um trabalho melhor, mais organizado e disponibilizasse cheques para aluguel, haveria menos desabrigados.

4. A expansão do sistema de justiça criminal como resultado da guerra às drogas e a “criminalização dos pobres”. Hakeem Ali¹⁵, outro morador de rua participando dos debates, comentou que a população carcerária no estado de Ohio ultrapassava 1 milhão, e que esse número crescia exponencialmente a cada ano. De acordo com outro entrevistado, Jason Maiden¹⁶, a polícia passara a expulsar e prender moradores de rua em pontos específicos da cidade, como perto de grandes comércios e no centro, como um processo de “limpeza urbana”. Por causa disso, alguns moradores de rua não conseguem empregos por causa de ficha suja por causa de seus “supostos crimes”.

5. A ascensão da indústria temporária, que é um tipo de emprego em que o contrato do trabalhador é limitado para um tempo específico. Trabalhadores temporários são contratados para preencher vagas de curto prazo, provocando o avanço do trabalho informal, onde empregadores não precisam pagar benefícios, férias, planos de saúde e outros direitos trabalhistas básicos.

6. O estabelecimento de um sistema de abrigo desumano, semelhante a uma penitenciária aberta. Segundo Robert Molchan¹⁷, morador de rua participante do projeto, os abrigos para pessoas em situação de rua são semelhantes a prisões, apontando que a única diferença é a liberdade de ir embora do estabelecimento. Em um abrigo que tem a capacidade de acolher 300 pessoas, de acordo com o relato, há cerca de 50 a 100 pessoas dormindo no chão com um cobertor. Robert compara a situação com a Alemanha Nazista de Hitler, dizendo que as pessoas não são tratadas como humanos, mas como produtos armazenados em um galpão.

Daniel Kerr afirma que esses seis pontos são resumidos na noção de que há pessoas lucrando com as instituições da falta de moradia, seja incorporadores imobiliários, interesses comerciais de lazer e varejo no centro da cidade, agências de trabalho temporário, indústrias prisionais ou

¹³ O sistema de bem-estar social (*welfare system*) é um conjunto de programas governamentais dos Estados Unidos que oferecem apoio financeiro e serviços para famílias de baixa renda.

¹⁴ Entrevista de Thomas Smith (12/09/1999): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338?page=1>. Acesso em: 12 nov. 2024.

¹⁵ Entrevista de Hakeem Ali (31/10/1999): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338>. Acesso em 12 nov. 2024.

¹⁶ Entrevista de Jason Maiden (28/11/1999): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338>. Acesso em 12 nov.

¹⁷ Entrevista Robert Molchan (20/03/2000): <https://dra.american.edu/islandora/object/humanitiestruck%3A3338>. Acesso em 12 nov.

provedores de abrigos. E, de acordo com o autor, é justamente por causa desses interesses que a falta de moradia não é abordada eficientemente. Além de analisar a situação de rua, os *workshops* também identificaram possibilidades de resistência e estratégias de combate (Kerr, 2003).

Conforme os debates, há duas áreas específicas que os moradores de rua sentem que deve haver uma atenção imediata: na área profissional, ampliando o controle sobre suas oportunidades de emprego e condições de trabalho e na área doméstica, com maior controle sobre onde vivem e as condições em que vivem, desejando um ambiente mais seguro e digno.

Kerr menciona que impactos indiretos foram ocasionados pela atuação do CHOHP. No verão de 1999, muitos moradores de rua entrevistados pelo programa organizaram uma manifestação que ocasionou o fechamento de um abrigo comunitário devido a má administração e condições insalubres¹⁸. No mesmo ano, a entrevista de Jason Maiden sobre as prisões de moradores de rua ocasionou uma série de protestos em Cleveland, onde Jason teve a oportunidade de criticar as políticas discriminatórias da prefeitura da cidade contra as pessoas em situação de rua na grande imprensa.

A série de protestos também resultou numa liminar contra a política da prefeitura sobre as prisões de moradores de rua. Por meio desta, a cidade de Cleveland concordou em não prender “quaisquer indivíduos, incluindo indivíduos sem-teto, por realizar atos inocentes, inofensivos e inofensivos, como dormir, deitar ou sentar-se em ou sobre propriedade pública.” (p. 42) No ano de 2000, um grupo de pessoas desabrigadas, todas envolvidas com o projeto CHOHP, recusaram-se a deixar um edifício que ocuparam durante mais de uma década. A preocupação sobre o despejo da prefeitura já havia sido mencionada no programa de rádio semanas antes. O grupo negociou por walkie-talkie com os oficiais da prefeitura, enquanto a grande mídia fazia a cobertura do caso. Nas entrevistas posteriores à negociação, os moradores afirmaram que a ocupação do prédio estava diretamente relacionada com as questões das práticas de “revitalização” dos bairros e as baixas condições dos abrigos. O prédio eventualmente foi desocupado pela prefeitura, mas o impasse resultou em uma ampla cobertura midiática, que divulgou amplamente análises sobre a falta de moradia, resultando em um constrangimento para a administração da cidade¹⁹ (Kerr, 2003).

¹⁸ PERKINS, Oliveira. “**The Homeless Object to Treatment at Shelter**,” *Plain Dealer*, Cleveland, 7 de jul. 1999.

¹⁹ O'MALLEY, Michael. “Homeless Men Vow to Remain in Building When Wreckers Come.” *Plain Dealer*, Cleveland, 1 ago. 2000.

O'MALLEY, Michael. “Homeless Holdouts Give in to Orders to Vacate Abandoned Building.” *Plain Dealer*, Cleveland, 2 ago. 2000.

O'MALLEY, Michael. “Camelot Falls; Judge Stands Up for Occupants.” *Plain Dealer*, Cleveland, 3 ago. 2000.



Clark Campbell (esquerda), Art McCoy (centro) e Robert Igoe (direita) defendendo prédio ocupado da demolição, 2000.

As atividades de resistência e reivindicação de direitos revelam que as pessoas em situação de rua não são apenas vítimas, mas também agentes de transformação social. Os projetos da CHOHP serviram como catalisadores para discussões que já ocorriam em menor escala. A abordagem de autoridade e análise compartilhada proposta por Kerr facilitou a conexão de indivíduos com ideias afins em um movimento pela garantia de direitos humanos básicos. Ao colaborar com comunidades dispostas a refletir e agir sobre sua condição de injustiça na sociedade, o historiador público encontra a oportunidade de desenvolver projetos que promovem a justiça social e uma vida mais digna para as populações marginalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história pública como uma forma de ativismo revela as conexões entre a prática histórica e as lutas sociais contemporâneas. Ao longo deste artigo, discutimos como projetos como o *Indy Toxic Heritage* e o *Cleveland Homeless Oral History Project* exemplificam possibilidades e potenciais da história pública radical, que documentaram e mobilizaram comunidades em torno da justiça social e ambiental. Através da autoridade compartilhada e do *crowdsourcing*, os historiadores públicos têm a

capacidade de amplificar as vozes de grupos marginalizados e desafiar narrativas hegemônicas que perpetuam as desigualdades.

Permitir que as comunidades se envolvam ativamente na preservação de seu patrimônio e na narração de suas vivências não apenas enriquece o campo da história pública, mas também reforça o senso de identidade e pertencimento coletivo. Esse engajamento pode fortalecer a coesão social, promovendo laços entre os membros da comunidade e incentivando um sentimento de responsabilidade compartilhada em relação à sua história e ao seu futuro. Quando as pessoas se veem como parte integrante da narrativa histórica, elas se tornam mais propensas a se mobilizar em torno de questões sociais e ambientais, criando um ciclo virtuoso de ativismo e conscientização que pode levar a mudanças significativas em suas comunidades.

Entretanto, podemos observar que a implementação de práticas como a autoridade compartilhada e o *crowdsourcing* apresentam polêmicas e desafios. Por mais que as narrativas comunitárias democratizem o processo de fazer história, e sejam extremamente valiosas e importantes nesse tipo de procedimento, a ciência da história exige uma rigorosidade teórica e metodológica na sua construção. Além disso, a necessidade de curadoria e análise crítica das contribuições crowdsourced é fundamental para garantir que o conhecimento gerado não se torne um mero acúmulo de opiniões, mas sim uma base sólida para a reflexão histórica e a ação social.

Por fim, é essencial que os historiadores públicos continuem a explorar novas formas de engajamento e colaboração com as comunidades, promovendo uma prática que não apenas preserve a memória, mas que também atue como um catalisador para a mudança. O desafio que se apresenta é o de integrar a pesquisa histórica com ações concretas que visem a justiça social, reafirmando o papel do historiador como um agente ativo na construção de um mundo mais equitativo.

REFERÊNCIAS

BELANGER, Elizabeth. **Radical Futures: Teaching Public History as Social Justice**. In: MERINGOLO, Denise D. (Org.). *Radical Roots: Public History and a Tradition of Social Justice Activism*. Amherst: Amherst College Press, 2021.

CALVIN, Thomas. **Public History: A Textbook of Practice**. New York: Routledge, 2016. FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: State University of New York Press, 1990.

CARNEGIE, Megan. **Gen Z: how young people are changing activism**. BBC Worklife, 3 ago. 2022. Disponível em:
<https://www.bbc.com/worklife/article/20220803-gen-z-how-young-people-are-changing-activism>. Acesso em: 12 nov. 2024.

- GLASSBERG, David. **Sense of History: The Place of the Past in American Life**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001.
- GROVE, Tim. **New Media and the Challenges for Public History**. *Perspectives on History*, v. 47, n. 5, 2009.
- HARGER, Greg. **Entrevista sobre o projeto Indy Toxic Heritage**. 2024. Disponível em: <https://projects.library.indianapolis.iu.edu/s/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/item/389>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- HARRELL, Chris. Relato. **Indy Toxic Heritage: Pollution, Place, and Power**. 2024. Disponível em: <https://projects.library.indianapolis.iu.edu/s/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/item/341>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- KERR, Daniel. "We Know What the Problem Is": Using Oral History to Develop a Collaborative Analysis of Homelessness from the Bottom Up. *Waco: The Oral History Review*, 30:1, 2003. pp. 27-45.
- KERR, Daniel R.. **Allan Nevins is not my grandfather: the roots of radical oral history practice in the United States**. In: MERINGOLO, Denise D. (Org.). *Radical Roots: Public History and a Tradition of Social Justice Activism*. Amherst: Amherst College Press, 2021.
- MERINGOLO, Denise D. **Social Justice and Public History: The Networks, Goals, and Practices That Shaped Our Noble Dream**. In: MERINGOLO, Denise D. (Org.). *Radical Roots: Public History and a Tradition of Social Justice Activism*. Amherst: Amherst College Press, 2021.
- KRYDER-REID, Elizabeth; MAY, Sarah (Ed.). **Toxic Heritage: Legacies, Futures, and Environmental Injustice**. London: Routledge, 2024.
- NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark e ZAAGSMA, Gerben. **Handbook of Digital Public History**. Berlin/Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2022.
- PONS, Anaclet. **The Historiographical Foundations of Digital Public History**. In: NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark e ZAAGSMA, Gerben. *Handbook of Digital Public History*. Berlin/ Boston: CPI Books GmbH, Leck, 2022.
- RAVVEDUTO, Marcello. **Past and Present in Digital Public History**. in: NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark e ZAAGSMA, Gerben. *Handbook of Digital Public History*. Berlin/Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2022.
- ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David. **The Presence of the Past: Popular uses of history in American life**. New York: Columbia University Press, 1998.
- ŠEVČENKO, Liz. **Toxic Heritage and Reparations: Activating Memory for Climate Justice**. In: KRYDER-REID, Elizabeth; MAY, Sarah (Ed.). *Toxic Heritage: Legacies, Futures, and Environmental Injustice*. London: Routledge, 2024.
- TÁIWÒ, O. Olúfẹmi. "The Fight for Reparations Cannot Ignore Climate Change". In: *Reconsidering Reparations*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- TOXIC HERITAGE. **Indy Toxic Heritage: Pollution, Place, and Power**. Disponível em: <https://toxicheritage.com/indy-toxic-heritage-pollution-place-and-power/>. Acesso em: 28 out. 2024.